

**Bouveresse, Jacques (2001) *Schmock ou le triomphe du journalisme – La grande bataille de Karl Kraus*. Paris: Éditions du Seuil.**

Madalena Oliveira\*

“O jornalismo é uma das profissões onde encontramos mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas, onde se exprimem generalizadamente (...) a cólera, o nojo ou o desânimo perante a realidade de um trabalho que continua a ser vivido e reivindicado como ‘diferente dos outros’”

(Pierre Bourdieu, 2001: 36-37)

É no tom directo que caracteriza uma carta que Jacques Bouveresse replica os argumentos de uma dessas pessoas que encontramos no jornalismo. Talvez a mais inquieta, a mais insatisfeita, a mais revoltada, mas, de certo, a menos resignada de todas: Karl Kraus. A carta que Bouveresse não assina, mas enuncia em nome de um qualquer leitor de hoje, introduz-nos no combate que o jornalista austríaco desferiu ao jornalismo no final do século XIX. E parecemos, então, ‘escutar’ uma conversa pessoal, quase intransmissível. Porque a epistolografia é esse estilo genial que, em monólogo, nos coloca diante de duas pessoas. O mesmo estilo que, tendo apaixonado gerações, dos autores da Antiguidade a Vergílio Ferreira, passando, por exemplo, pelos autores bíblicos, se revela o género por excelência do encontro que não pode mais ser físico.

Nas entrelinhas da carta que antecipa o livro, tenho pelo menos a impressão, somos apresentados ao profeta que mais brilhantemente parece ter previsto a institucionalização do poder dos *media*. A cada parágrafo voltamos, porém, a ser os leitores e espectadores contemporâneos, potenciais assinantes de uma reacção que Bouveresse pronuncia, incrédulo, declinando o catastrofismo das premonições de Kraus. Não fossem verdade alguns atropelos à ética profissional e a falta de escrúpulos de alguns jornalistas, ávidos de escândalos, seríamos mesmo tentados a repetir em voz alta que aquilo que Kraus escreveu “sobre os jornalistas e os leitores dos jornais é hoje quase totalmente diferente da realidade e não pode ser percebido senão como uma mentira grosseira e um insulto inaceitável” (p. 13-14).

Se é verdade que os fenómenos que preocupavam Kraus na transição para o século passado (como a invasão dos jornais pela publicidade, a sua dependência dos poderes económico e financeiro, a concentração e a construção de verdadeiros impérios de jornalismo que ameaçariam o pluralismo e a liberdade de imprensa) se tornaram hoje ainda mais perceptíveis, também o é que não resultaram manifestamente em nenhuma das consequências desastrosas que ele anunciou. É disto que nos convence o autor de *Schmock ou le triomphe du journalisme*, fazendo-nos crer que não será completamente verdade que a imprensa esteja exclusivamente ao serviço dos imperativos de mercado.

\* Doutoranda em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, no âmbito de um projecto individual de investigação, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (magdalena@bragatel.pt).

A confirmar-se o desencanto de Kraus pela imprensa, os *media* mais não são do que a dimensão mais promíscua e perversa da nossa sociedade. Um século depois, Kraus seria ainda mais arrasador. Se tivesse tido oportunidade de conhecer o espantoso desenvolvimento dos meios técnicos ao serviço da sociedade de informação, que afinal tão perspicazmente previu, Kraus não diria só que a imprensa se tornou a ‘Grande Prostituta de Viena’, mas antes que se tornou, com os novos *media*, a ‘Maior Prostituta do Mundo’. Na verdade, se já há cem anos dizia que “longe de servir de maneira desinteressada os ideais universais de onde se reclama, a imprensa propõe e reserva os seus favores àqueles que têm meios de os pagar e os pagam efectivamente” (p. 33), o que diria hoje diante da efectiva constituição de gigantescos grupos económicos nacionais e internacionais?

Completamente avesso ao liberalismo económico<sup>1</sup>, Kraus escandalizar-se-ia se tivesse, de facto, chegado a ler a opinião dos leitores de hoje. O seu desencanto seria ainda maior se levasse em linha de conta uma rendição ao jeito da que Bouveresse parece insinuar: “... se a aceitação de regras e de exigências universais do mercado, no domínio do jornalismo (...) for o preço a pagar para que a imprensa possa viver e desempenhar correctamente a sua tarefa, porque nos haveremos de indignar?” (p. 15). Responderia, adivinhamos, que o preço a pagar é incompatível com o correcto desempenho do ofício. Se assim não fosse, não teria, aliás, optado por ser proprietário, editor e redactor da revista que elegera como o instrumento da grande batalha da sua vida.

Confessamos-lhe, pela mão de Bouveresse, que “hoje a lei do proveito e o imperativo da rentabilidade exercem um poder cada vez maior e uma pressão cada vez mais forte sobre o mundo da informação” (p. 15). E temos como certo que a independência económica e financeira seria, hoje, em matéria de comunicação de massas, “a condição *sine qua non* da independência moral e intelectual” (p. 120). Porém, somos também impelidos a dizer-lhe que, mesmo que os *media* possam infligir alguns inconvenientes, isso não é nada em comparação com os imensos serviços que nos prestam.

Karl Kraus considerou a imprensa inimiga da cultura. Em certa medida, a sua intuição parece, eventualmente, revelar-se verdade. A sociedade contemporânea transformou-se, na sua opinião, numa sociedade de consumo e, pior do que isso, numa sociedade de espectáculo que roubou a imaginação à Humanidade. Se Guy Debord acabou por lhe dar razão umas décadas mais tarde, dizendo que “o espectáculo é a principal produção da sociedade actual” (1992: 22) e “corresponde a uma fabricação da alienação” (*idem*: 32), também Baudrillard parece ter constatado o mesmo, afirmando que em vez de nos fornecerem a realidade, os *media* oferecem-nos antes a vertigem da realidade (1995: 24).

Voltamos então a ouvir vozes mais recentes gritar contra a subversão do mundo pela imagem, qual ameaça de reconstrução material de ilusões religiosas a que a

<sup>1</sup> Em termos filosófico-políticos, Karl Kraus reclamou sempre um Estado suficientemente forte e determinado que assegurasse a protecção económica dos indivíduos contra as consequências destrutivas que resultam do livre jogo do mercado.

sociedade cede o seu próprio poder. Na verdade, parecendo render-se à espantosa promessa da imagem, “o mundo real transforma-se em simples imagens e as simples imagens tornam-se em seres reais e motivações efectivas de um comportamento hipnótico” (Debord, 1992: 23). E nada contribuiu mais, segundo Kraus, para aproximar a Humanidade da guerra do que a destruição da imaginação, de que os jornalistas terão sido os maiores causadores (p. 88).

Matando o pensamento ou não, o certo é que, para Kraus, sendo responsável pela falta de imaginação, o jornalismo é também responsável “pela cegueira, pela passividade e pelo conformismo” (p. 87). A mesma cegueira e surdez que permite ainda, segundo ele, que a imprensa (leia-se os *media*) continue a existir e se tenha tornado sinónimo de impunidade e de irresponsabilidade. Não tão conformados assim, queremos, porém, crer que o jornalismo não nos aniquila o sentido do mundo e das coisas, mas que ele próprio é um sentido para o mundo e para as coisas. E menos cegos ainda, temos como verdadeiro que os *media* são, como o disse McLuhan, a extensão dos nossos próprios sentidos.

Embora saibamos tão bem quanto Kraus que a imprensa é um incomparável meio para transformar “emoções e paixões moderadas em histeria e folia, (...) o orgulho nacional em delírio nacionalista em xenofobia e (...) o medo em pânico” (p. 51), desconhecemos a existência de uma qualquer outra instituição tão eminentemente vigilante. Sabemos que “a actualidade muda todos os dias” e que os *media* procuram nela uma verdade para cada dia (p.85), mas talvez não vejamos nisso nada de tão desastroso quanto Kraus previu. Por isso, repetimos convictos, com Bouveresse: “... se os jornalistas e a ‘abordagem jornalística’ da realidade adquiriram hoje um tal prestígio e uma tal influência, não é precisamente porque eles são não só mais adaptados, mas também mais úteis a um mundo no qual tudo muda de maneira rápida e ao mesmo tempo radical? A virtude principal, numa época onde nada dura e onde não há mais a possibilidade de adquirir convicções reais e ainda menos de procurar conservá-las, não é ela a de ser capaz de mudar de opinião como é preciso?” (pp. 22-23).

Kraus não hesitaria na acusação: diria que defendemos uma espécie de jornalismo camaleão. Ou que pactuamos com um jornalismo sem convicções, sem princípios e sem escrúpulos, à maneira do de Schmock que, por força do sistema e das circunstâncias, terá aprendido a escrever para qualquer tendência<sup>2</sup>. Bouveresse antecipa-se-nos na reacção, garantindo-lhe, numa afirmação que me inspira pouca convicção, que “temos actualmente uma imprensa que é não só livre mas igualmente regulamentada de maneira adequada e, por outro lado, completamente consciente das suas responsabilidades, das suas obrigações e dos seus limites” (p. 13-14).

Kraus estremeceu, contudo, com o “poder desmesurado que os jornalistas podiam adquirir sobre o mundo da cultura e sobre o mundo em geral” (p. 22). O certo é que, ultrapassada que está a concepção do jornalismo como um espelho da realidade, consolida-se, de facto, a sua concepção como um poder, não interessa se o quarto, o

<sup>2</sup> Schmock é a personagem da comédia *Die Journalisten* de Gustav Freytag (1853) que aprendeu a escrever ‘à esquerda e à direita’, mas que abandona o jornalismo por reconhecer e recusar a tirania do seu editor.

quinto, ou o do contra, mas efectivamente um poder, às vezes, mais soberano do que a própria voz do povo. Credo nos presságios de Kraus, chegamos mesmo a dizer que hoje não maior poder e influência que não passe pelos meios de comunicação social. Talvez por isso ele tenha suscitado que o jornalismo se tornaria o único poder realmente absoluto.

Na realidade, a tirania da imagem traçou um novo contorno à que já conhecíamos da palavra e as novas tecnologias impuseram também o adjectivo da novidade às ligações humanas. “A maquinação das paixões é”, diz-nos Maria Teresa Cruz, “um dos aspectos mais importantes do encontro entre a técnica e a afecção na cultura moderna. (...) Tal como há uma tecnologia da sensibilidade, há também uma tecnologia dos afectos que, aliás, se alia a ela, como no cinema ou na televisão, para dirigir com precisão o olhar, a escuta e, ainda, os estremecimentos de emoção, de terror, de indignação, de compaixão, etc.” (2001: 37).

É esta maquinação das paixões e do próprio olhar que exalta Kraus e nos aviva a nós próprios algum temor. A imprensa primeiro, mas depois a rádio e a televisão, pelo menos, aprenderam o interesse pelo entretenimento e pela exploração sistemática da confusão (p. 50). Já não temos, aliás, ilusões acerca da pretensa defesa do direito de informar e da pressa com que os jornalistas dão aos outros o direito de serem informados. E ficamos a pensar no que diria Kraus se soubesse o quão imediato é o mundo de hoje. Talvez concluíssemos juntos “a falta de toda a espécie de recuo e de distância crítica para reportar o acontecimento, a impossibilidade de conciliar em questões essenciais o género de atenção elevada e de tratamento continuado que elas exigiriam de todas as obrigações que poderia ter-se para com a verdade em proveito daquelas que se tem para com a ‘actualidade’ ou a ‘importância’” (p. 85).

Se impusesse uma escolha entre os jornais e a censura, Kraus não teria dúvidas: teria escolhido a censura. Nós, porém, não estamos tão seguros da força de tais determinações. Tememos que a censura sufoque a verdade e a impeça de se exprimir. Só um crítico tão feroz, às vezes até atroz, como Kraus poderia ousar sugerir tamanho extremo. Tal como para Popper “a televisão adquiriu um poder demasiado vasto no seio da democracia” (1999: 30), podendo mesmo constituir uma ameaça, também para Kraus o jornal já dispunha de um poder manifestamente perigoso, podendo transformar não só a insignificância em importância reconhecida por todo o mundo, como também a mentira em verdade (p. 52). Talvez como Popper ele não quisesse senão lançar um grito de alerta, em vez de fazer a apologia da censura que, numa democracia, é um género ineficaz e irrealizável (1999: 8).

Não desculpando nem absolvendo a imprensa pela generalização da honestidade e da coragem de alguns, Kraus sonhou com um mundo sem imprensa. Apocalíptico no sentido bíblico da revelação e do anúncio do fim do mundo, Kraus desnudou a imprensa de toda a sua aparente ‘bondade’ e revelou-a como a fonte da corrupção e da destruição moral e social.

Menos, muito menos, exagerados que Kraus, e certamente também menos desencantados do que ele, ansiamos igualmente pelo esclarecimento do poder dos *media*. O que não significa de modo algum desejar uma qualquer espécie de censura ou

limitação de liberdade. Sobretudo porque entendemos hoje a liberdade como valor fundamental contra qualquer forma de absolutismo: político ou mediático. É aliás Popper quem o diz: “Precisamos da liberdade para impedir o Estado de abusar do seu poder e precisamos do Estado para impedir a liberdade de provocar abusos” (1999: 9-10).

Preterindo o gênero de condenação definitiva, impiedosa e radical que Kraus pronunciou, acrescentaria, porém, à carta do leitor de hoje para o editor da ‘Die Fackel’ um agradecimento. Teríamos certamente preferido uma crítica construtiva do jornalismo que contribuísse para melhorar as coisas “lá onde seria preciso encorajar os actores a raciocinar antes em termos de solidariedade e cooperação” (p. 18), mas apraz-me uma palavra de congratulação: pela ousadia e pela frontalidade com que acendeu tamanho archote (Fackel). Acima de tudo, por ser verdade que “os jornalistas e os jornais ‘sérios’ estão a perder a sua aura e se vêem eles próprios obrigados a fazer concessões à lógica do mercado e do marketing, introduzida pela televisão comercial, e a esse novo princípio de legitimidade que é a consagração pelo número e pela ‘visibilidade mediática’, capazes de conferir a certos ‘produtores’ o substituto aparentemente democrático das sanções específicas impostas pelos campos especializados” (Bourdieu, 2001: 88). Mas também porque nem todos os jornalistas tomam, no final da comédia que são alguns *media*, a decisão de Schmock: abrir um negócio por conta própria, porque o jornalismo não é, ou não deve ser, produto de mercador!

## Referências

- Baudrillard, J. (1995). *A Sociedade de Consumo*, Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2001). *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta Editora.
- Debord, G. (1992). *La Société du spectacle*, Paris : Éditions Gallimard.
- Freytag, G. (1988). *Die Journalisten*, Stuttgart: Reclam.
- Miranda, J. A. B. e Cruz, M. T. (orgs.), (2002). *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, Lisboa: Tropismo.
- Popper, K.; Condry, J. (1999). *Televisão: Um Perigo para a Democracia*, Lisboa: Gradiva.